

junho 2022 **Comunicações**



**fórum internacional do
património arquitetónico
portugal / brasil**



universidade de aveiro
theoria poiesis praxis

FICHA TÉCNICA

EDITORES

Alice Tavares
Aníbal Costa

PAGINAÇÃO E MONTAGEM

Briefing

CAPA

Ana Sofia Almeida (UA)

EDIÇÃO

Junho de 2022

ISBN

978-989-54851-2-3

Os textos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

© Os autores. 2022

© Os editores. 2022

Universidade de Aveiro

Campus Universitário de Santiago | 3810-193 Aveiro, Portugal
P3R, Lda

COORDENAÇÃO GERAL

Coordenação Geral Portugal
Aníbal Costa e Alice Tavares

Coordenação Geral Brasil

Maria Rita S. P. Amoroso

COMISSÃO EXECUTIVA

Alice Tavares (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro, APRUPP, PT)
Aníbal Costa (RISCO, DECivil, Universidade de Aveiro, PT)
João Carlos Santos (Direção Geral do Património Cultural, PT)
Elisabete Moura (Direção Geral do Património Cultural, PT)
Mário Antas (Museu dos Coches, PT)

Comissão Organizadora

Alice Tavares (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro, APRUPP, PT)
Aníbal Costa (RISCO, DECivil, Universidade de Aveiro, PT)
João Carlos Santos (Direção Geral do Património Cultural, PT)
Elisabete Moura (Direção Geral do Património Cultural, PT)
Mário Antas (Museu dos Coches, PT)
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso (FIPA Brasil - FAU/SP- IAB, BR)
Kátea Bogéa (Fundação Municipal de Património Histórico São Luís do Maranhão, BR)
Andrey Rosenthal Schlee (Universidade de Brasília, BR)

Comissão de Apoio à organização e comunicação:

Ricardo Magalhães (Rota do Românico, PT)
Rosário Machado (Município de Amarante, PT)
Inês Flores-Colen (GECORPA, Pedra & Cal)

Comissão científica

Adalberto Dias (FAUP, PT)
Alexandre Costa (ISEP/CONSTRUCT, PT)
Alice Tavares (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro, APRUPP, PT)
Ana Velosa (RISCO, DEC, Universidade de Aveiro, PT)
Andrey Rosenthal Schlee (Universidade Brasília, BR)
Aníbal Costa (RISCO, DEC, Universidade de Aveiro)
Clara Magalhães (UNSW Sydney, LEAK, TERRA, Australia, Universidade de Aveiro, PT)
Clara Vale (FAUP, PT)
Ceça Guimaraes (Instituto dos Arquitetos do Brasil –Rio de Janeiro, RJ, BR)
Denis Dias (PROARQ – UFRJ, RJ, BR)
Hugo Rodrigues (RISCO, DECivil, Universidade de Aveiro, PT)
João Carlos Santos (DGPC, PT)
João Labrincha (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro, PT)
João Miranda Guedes (FEUP, PT)
Joaquim Teixeira (FAUP, PT)
Kátea Bogéa (Fundação Municipal de Património Histórico São Luís do Maranhão, BR)
Luís Eduardo Paim Longui (Universidade DON BOSCO UNDB- MA, BR)
Márcia Sant'Anna (UFBA, BR)
Marcos Tognon (Departamento de História IFCH – UNICAMP, SP, BR)
Margareth Figueiredo (Universidade Federal de São Luís do Maranhão, BR)
Márcia das Graças Ferreira (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, BR)
Márcia Fernandes (CEAACP, I&D 281 FCT, U. Coimbra, PT)
Márcia José Feitosa (IAB, SP, BR)
Márcia Rita Silveira de Paula Amoroso (Coordenadora Geral FIPA –BRASIL - FAU/SP- IAB)
Miguel Malheiro (U. Lusitana, Porto, PT)
Nadia Someck (Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, BR)
Nivaldo Vieira de Andrade Junior (Universidade Federal da Bahia- UFBA, IAB DN, FPA, BR)
Nuno Valentim (FAUP, PT)
Paula Silva (Arq, PT)
Paulo Cachim (RISCO, DEC, Universidade de Aveiro, PT)
Paulo Lourenço (Universidade do Minho, PT)
Paulo Ormino de Azevedo (Universidade Federal da Bahia – UFBA, BR)
Ricardo Magalhães (Rota do Românico, PT)
Ronaldo André Rodrigues da Silva (PUC Minas, Presidente do TICCIH Brasil, BR)
Rosário Correia Machado (Município de Amarante, PT)
Rosário Soares (CICECO, Universidade de Aveiro, PT)
Rosário Veiga (LNEC, PT)
Rui Póvoas (FAUP, PT)
Rui Silva (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro, PT)
Sérgio Ferraz Magalhães (PROURB-UFRJ –Presidente IAB 2012/2017 e do 27 Congresso UIA-2020 Rio de Janeiro, RJ, BR)
Teresa Ferreira (FAUP, PT)
Vasco Peixoto de Freitas (FEUP, PT)



A perda da estrutura de defesa da participação pública para o Património cultural no contexto dos Municípios Portugueses. Recomendações

Alice Tavares¹, Aníbal Costa,

¹ Arquiteta, investigadora CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro, presidente APRUPP

² Professor Catedrático, RISCO, DEC da Universidade de Aveiro

1. Introdução

Na atualidade a defesa do Património edificado corrente confronta-se a nível nacional com um excessivo e sistemático uso da demolição, sem que haja uma monitorização sobre o fenómeno, nem uma ponderação sobre os reflexos do mesmo a nível ambiental. Se por um lado, em Portugal a produção de resíduos da construção tem crescido quase de forma exponencial, correndo o risco de comprometer as metas estabelecidas para a sua redução, por outro lado, as definições na legislação portuguesa dos termos associados à reabilitação (RJUE, DL nº 555/99 de 16 de dezembro), que não foram alterados pela legislação de reabilitação de 2019, continua a permitir o uso da demolição de forma indiscriminada neste tipo de operações. Em duplo sentido, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista da preservação do património, aparentemente não existem estratégias de sustentabilidade ambiental e cultural que produzam alterações à prática.

A defesa do Património edificado em termos legais fica demasiado dependente de procedimentos de classificação, o que na falta de inventariação e de medidas que impeçam as alterações ad hoc, não se configura como resposta ao problema. Assim, na falta de legislação nacional de reabilitação que promova a demonstração de avaliações prévias qualificadas e a justificação com base em dados reais e quantificados (através de relatórios de inspeção e diagnóstico) da necessidade da demolição, cabe aos municípios uma parte muito relevante dessa defesa.

As experiências de municípios que promovem o conhecimento do seu edificado antigo, dos respetivos sistemas construtivos, a sua preservação e estabelecem medidas planeadas e concretas para que mantenham bons níveis de autenticidade e integridade, expressas nas suas políticas de reabilitação urbana, são escassas. A talvez mais conhecida e uma das experiências pioneiras mais consequentes foi a do Centro histórico de Guimarães que levou ao seu reconhecimento como Património Mundial da UNESCO (CNU), desde 13 de dezembro de 2001, com sucessivos prémios e reconhecimentos ao longo dos anos que permitiram igualmente manter a posição política da defesa do centro histórico. Neste caso a inventariação das técnicas antigas de construção para ponderação das técnicas a usar na reabilitação e quais os materiais compatíveis foi um processo longo e persistente.

A prática de usar o estado de conservação para justificar a demolição, considerando o estado de “ruína”, sem que este fosse objetivamente e sob os mesmos critérios avaliado, é uma prática ainda corrente em muitos municípios, descuidando o colocar na ponderação o valor cultural e patrimonial que possa eventualmente ter, sendo muitas vezes sobre este aspeto completamente

omissa. Esta verificação na prática, levou a esta investigação para compreender a estrutura de decisão no contexto municipal, entre aspetos culturais do edificado e as intervenções, os modelos de participação pública promovidos pelos municípios que ajudem na defesa e compreensão do património e também que valor lhe é atribuído.

Para este efeito, considerou-se que os websites dos municípios são os meios de comunicação abertos por excelência para o cidadão e nesse sentido foram usados nesta investigação como forma de verificar o que o município valoriza nessa comunicação. No entanto, um conjunto de 35 municípios do total de 308 municípios existentes em Portugal não apresenta de forma clara e acessível informação sobre a distribuição dos pelouros pelo Executivo, o que corresponde a 11,4% de municípios, com informação cerceada para os munícipes. Apenas um neste grupo apresentava a informação de que se tratava de uma manutenção do website, não referindo por quanto tempo. Não deixa de ser uma percentagem significativa e que dificulta a proximidade do cidadão aos eleitos do local onde residem.

2. Caracterização da questão de género do poder nos municípios

Para a caracterização da questão de género do poder foram considerados os 308 municípios Portugueses (continente e ilhas da Madeira e Açores). O mapeamento dos municípios em que a presidência é atribuída a uma mulher (Figura 1) representa em

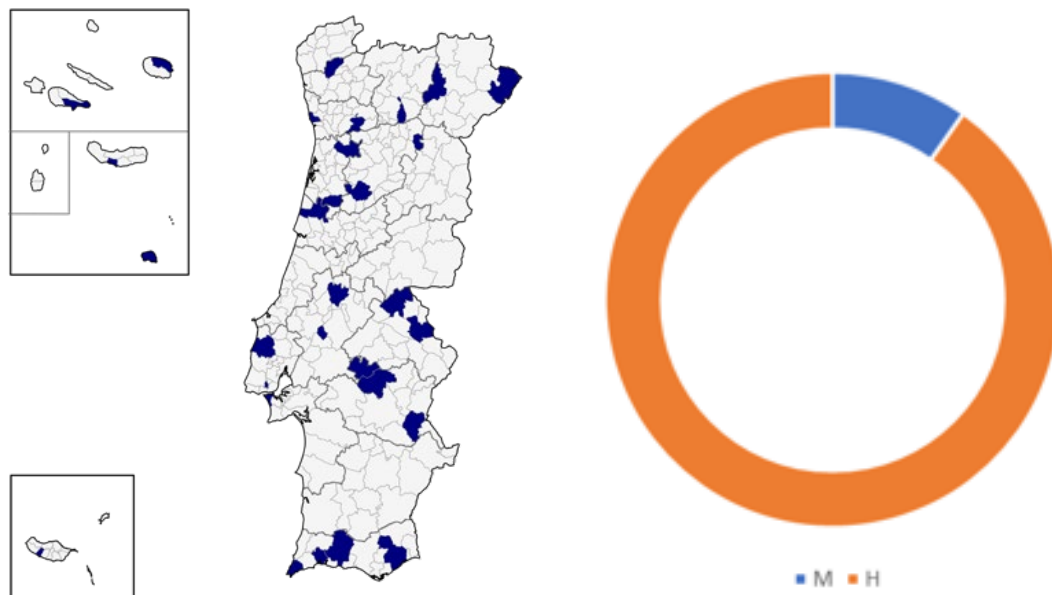


Figura 1 – Mapeamento dos municípios com presidentes do sexo feminino em Portugal



Figura 2 – Gráfico relação de género M (mulheres), H (homens) na presidência de municípios em Portugal

Considerando que o reduzido exercício do poder feminino se manteve sensivelmente igual nas últimas eleições autárquicas (26 de setembro de 2021) equaciona-se uma dificuldade de visão mais igualitária da sociedade e das suas aspirações. Para verificar se esta situação se repercute para o resto do Executivo municipal foi analisada a relação de género no que concerne às equipas de vereadores eleitos com pelouros atribuídos, num total de 1243 vereadores e presidentes. Destes, a relação de género demonstra uma maioria considerável de homens em relação a mulheres com pelouros nos executivos (Figura 3), sendo 66% de homens e 34% de mulheres, sensivelmente. De ressaltar, que nesta avaliação se integraram os vereadores de partidos políticos de coligações, considerando apenas os que têm pelouros atribuídos, mesmo que não esteja de forma clara, quais os pelouros que exercem.

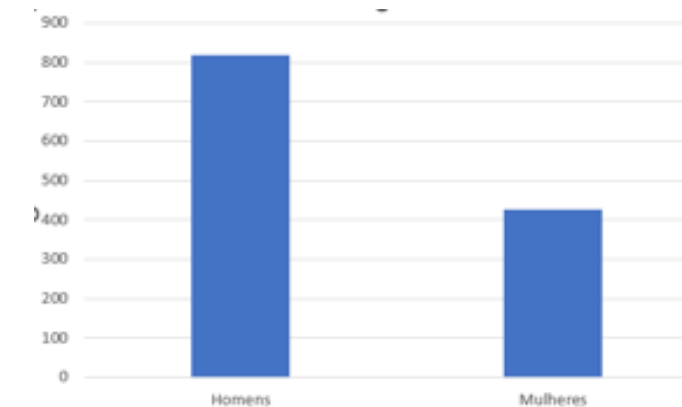


Figura 3 - Relação de género no que concerne às equipas de vereadores eleitos com pelouros atribuídos

Verifica-se que o número de municípios em que o Executivo é maioritariamente masculino representa 77% do total de municípios (Figura 4). Existindo 12 municípios sem uma única mulher no executivo e atingindo-se o equilíbrio entre número de homens e mulheres em apenas 13,6%. Executivos com maioria de mulheres existem em apenas 5,5%, sendo que nestas situações apenas um município apresenta uma discrepância grande entre o número de mulheres em relação aos homens, correspondendo a 0,3%. Em sentido contrário, o levantamento municípios cujo número de vereadores eleitos com pelouro homens é significativamente maior, do que o de mulheres do mesmo executivo, representa 38%.

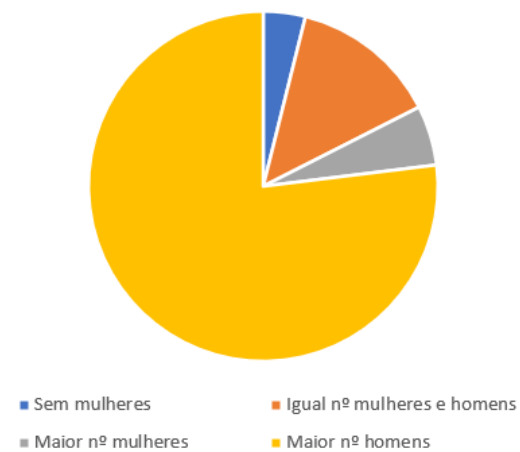


Figura 4- Nº de Municípios – relação de género em vereadores eleitos com pelouros

Para descartar eventuais efeitos circunstanciais destas eleições fez-se igualmente a recolha de dados para os vereadores eleitos sem pelouro atribuído, num total de 672 vereadores, de uma forma genérica os que pertencem aos partidos políticos da oposição e que constam do gráfico da Figura 5. Verifica-se que mesmo entre os vereadores eleitos sem pelouro atribuído a tendência se mantém, com 63% de homens e 37% de mulheres (no gráfico a cor laranja), o que considerando a totalidade entre eleitos com pelouros e sem pelouros de 1915 vereadores e presidentes, significa que a participação das mulheres é sensivelmente metade da dos homens.

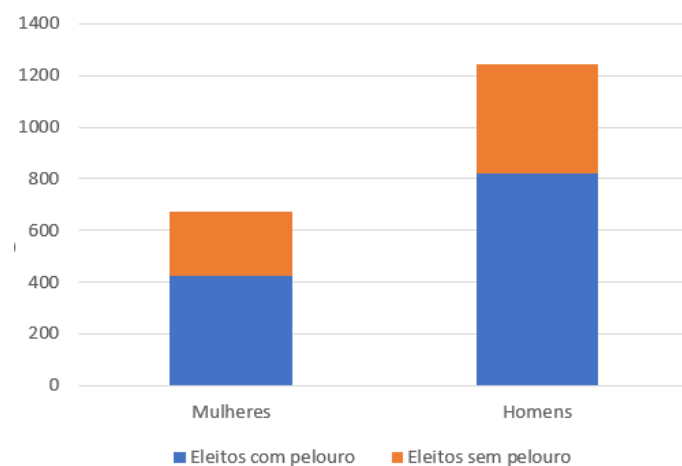


Figura 5 - Relação de género dos Executivos dos 308 Municípios Portugueses

Já em relação à atribuição do pelouro da Cultura, considerando os 267 municípios que prestam informação clara, 52% dos municípios optam por atribuir o pelouro da Cultura ao Presidente ou ao Vice-presidente. A relação de género da atribuição do pelouro verifica-se que globalmente este é atribuído de igual forma a homens e a mulheres, no entanto, em relação à atribuição a homens este está mais associado a presidentes e vice-presidentes, enquanto quando é atribuído a mulheres estas estão na 3ª posição na hierarquia (Figura 6).

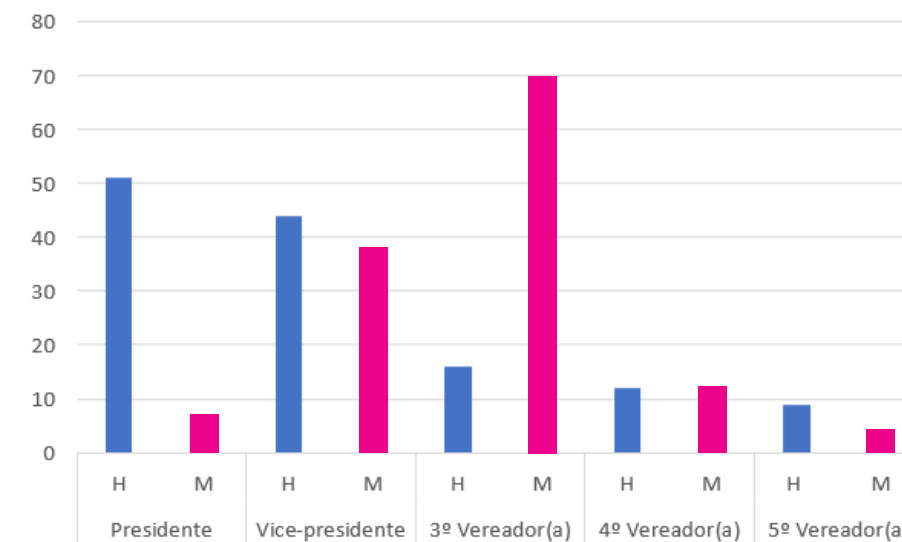


Figura 6 - Relação de género na atribuição do pelouro da Cultura

3. Denominações do pelouro da Cultura e áreas de atuação do Vereador(a) da Cultura

O pelouro da Cultura e as variantes da sua denominação, composta e de forma isolada foi caracterizada.

Sendo o pelouro da Cultura um dos mais relevantes para a articulação com o pelouro das Obras Particulares e públicas e com o urbanismo, procurou-se caracterizar igualmente através dos dados disponíveis a situação deste pelouro no contexto dos Municípios Portugueses.

Numa primeira abordagem verificou-se que 9 municípios Portugueses não têm o pelouro da Cultura. O que tendo presente a possibilidade de virem a receber Património do Estado se apresenta como um aspeto a rever com urgência. No presente estudo verificou-se que 35 municípios (11,4%) não apresentam de forma clara e facilmente acessível a distribuição de pelouros, pelo que não foram considerados para a análise que a seguir se apresenta.

Em primeiro lugar procedeu-se ao levantamento das denominações de pelouros que integrassem a Cultura, dos 267 municípios com informação acessível, tendo-se chegado à conclusão que apesar de uma forma significativa ao pelouro se atribuir a denominação “Cultura” para 50% dos municípios, outras denominações são adotadas, sendo as mais comuns as seguintes: Cultura e Património; Património, cultura e ciência; Turismo e cultura; Educação e Cultura, Figura 7.

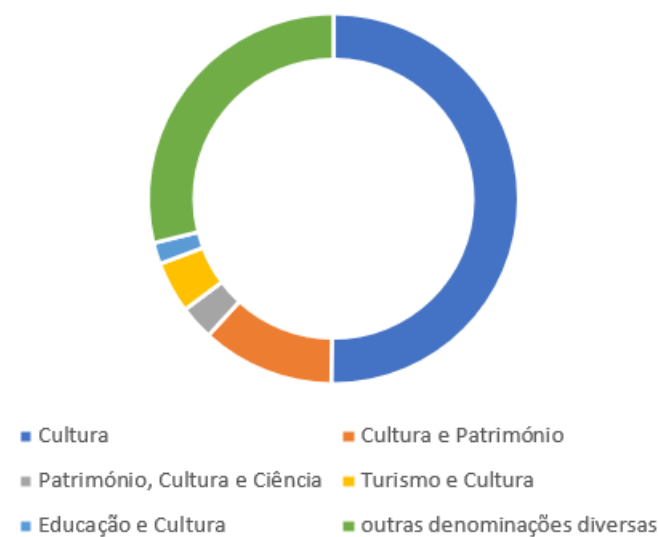


Figura 7 - Principais denominações adotadas pelos municípios portugueses em relação ao pelouro da Cultura

A denominação Cultura e Património representa 10% e é a segunda denominação mais comum. De referir que 29% dos municípios adota denominações muito variadas, usadas por um ou dois municípios, com nomes compostos, dos quais se destacam os seguintes termos, com pesos muito semelhantes (aproximadamente 13%) dentro deste universo: eventos; tempos livres; programação cultural; juventude; desporto; associativismo. Desta forma verificamos ao que os municípios associam com maior facilidade à Cultura sendo, contudo, de destacar que o termo Património aparece na denominação do pelouro, em muitas outras variantes, chegando a representar 22,4% do total, de todo o modo representando um afastamento entre o entendimento da sua intrínseca ligação. Perante isto, foram analisados que pelouros detêm os vereadores ou presidentes que assumem o da Cultura e sintetizadas as conjugações mais frequentes (Figura 8). Os dados permitem reforçar esta separação entre Cultura e Património.

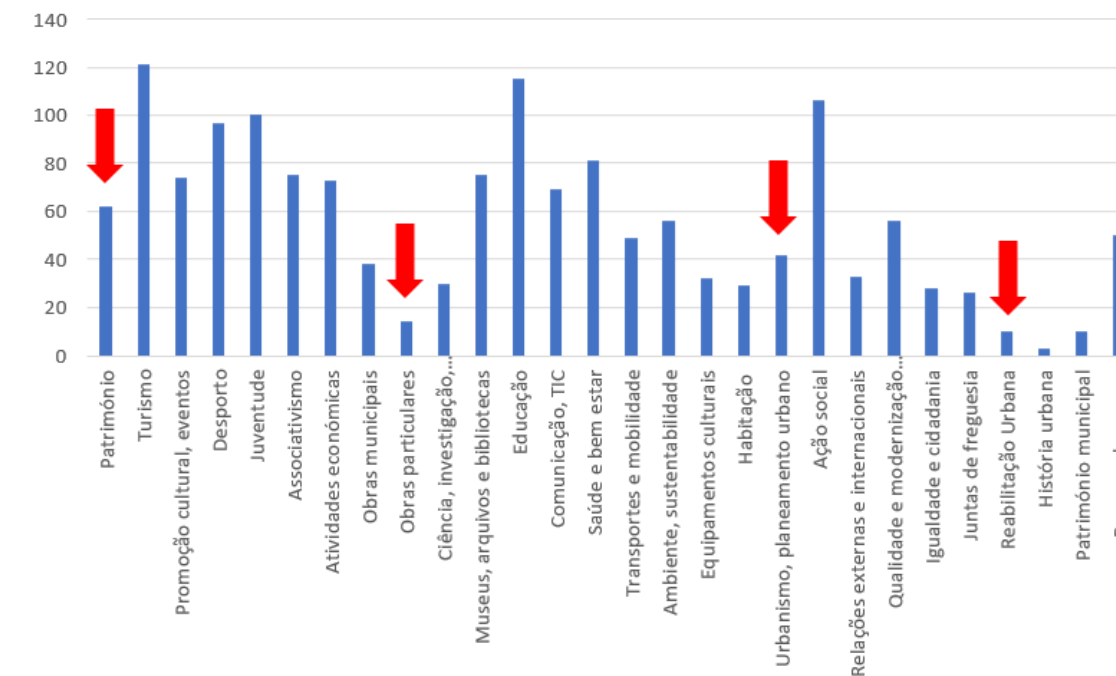


Figura 8 - Pelouros dos vereadores ou presidentes que assumem o da Cultura e síntese das conjugações mais frequentes

Mas revela-se ainda mais esclarecedor sobre a interligação que os municípios entendem das várias áreas de atuação sendo de destacar a reduzidíssima ligação da Cultura à Reabilitação Urbana, ao Urbanismo e Planeamento Urbano e às Obras Particulares, associações chave nas estratégias de proteção e conservação do património corrente. Ficando os binómios turismo&cultura, educação&cultura e ação social&cultura em maior prevalência, estando contudo, em todos os casos abaixo de uma representatividade de 50% de municípios.

Procedeu-se à apreciação da conjugação destas diferentes áreas de atuação autárquica no mesmo vereador(a) ou presidente e verifica-se a seguinte preponderância de forma decrescente sintetizada na Tabela 1

1º	Turismo	9º	Desenv. económico	17º	Obras municipais
2º	Educação	10º	Sistemas informação	18º	Rel. internacionais
3º	Ação Social	11º	Património	19º	Equipamentos culturais
4º	Juventude	12º	Ambiente	20º	Museus
5º	Desporto	13º	Recursos humanos	20º	Proteção civil
6º	Saúde	14º	Transportes & mobilidade	21º	Ciência, investigação
7º	Associativismo	15º	Arquivos, bibliotecas	24º	Juntas freguesia
8º	Eventos, promoção	16º	Urbanismo, planeamento	38º	Obras particulares

Tabela 1 - Áreas de atuação de vereadores ou presidentes concomitantemente com o pelouro da Cultura

Da análise realizada verifica-se que se encontra de forma muito frequente uma separação entre a Cultura conjugada com as obras e com o urbanismo e planeamento urbano. A associação direta entre Cultura e Obras particulares encontra-se na 38ª posição, que corresponde apenas a 5% dos municípios. Mesmo considerando as obras municipais e públicas estão associadas diretamente à Cultura em apenas 14% dos municípios.

De referir ainda que cada vereador(a) ou presidente que detém a pasta da Cultura detém ainda na sua maioria mais de 10 áreas de atuação.

Todos estes fatores contribuem para uma dificuldade na promoção da proteção do Património e da sua valorização. Há vários anos atrás, os municípios integravam comissões consultivas de Património, mas também de urbanismo, que sendo formadas maioritariamente por técnicos qualificados nestas vertentes, funcionavam como um meio de participação pública, que produzia pareceres e alertas que na realidade funcionavam como um meio de atingir o equilíbrio. Atualmente, apenas algumas câmaras têm comissões consultivas ou gabinetes e a maior parte sem qualquer relação com a Cultura e com o Património. Procedeu-se ao mapeamento dos municípios que têm atualmente Comissões consultivas do Património (Figura.9) demonstrando a perda deste mecanismo de equilíbrio nas decisões sobre demolir ou não demolir. Por outro lado, verifica-se que as poucas comissões existentes na sua maioria não têm uma maioria de membros externos à própria autarquia.

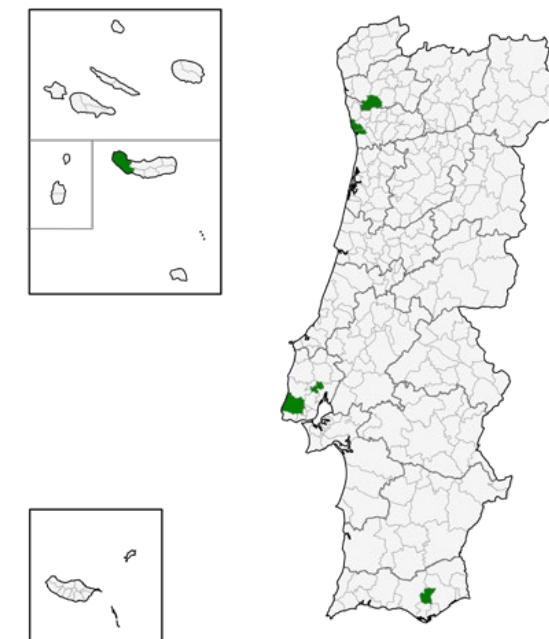


Figura 9 – Mapeamento dos Municípios com Comissões consultivas do Património

4. Conclusões e recomendações finais

A situação em Portugal relativa ao Património passa por um período de elevado risco, de perda, apesar da legislação recentemente publicada sobre reabilitação e todas as medidas estratégicas que os municípios tiveram de implementar, através das ARU (Áreas de Reabilitação Urbana), dos PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) e outras medidas para incentivo da reabilitação urbana. Efetivamente os dados do Instituto Nacional de Estatística apontam para um crescimento do investimento imobiliário e da construção, mas o recurso à demolição extensiva tornou-se uma prática corrente, colocando em risco o património corrente (incluindo neste o edificado não classificado). Por este motivo foi desenvolvida uma investigação com base na informação pública fornecida pelos 308 municípios portugueses, patente nos seus websites. Foi dada uma especial atenção ao pelouro da Cultura, sendo que 9 municípios não têm esse pelouro, situação esta preocupante dada a perspectiva de os municípios passarem a assumir Património público a curto prazo. Foram ainda identificadas as principais denominações deste pelouro, mas também quais as áreas de atuação que estão delegadas aos vereadores ou presidentes que detêm simultaneamente o pelouro da Cultura, verificando-se que a Cultura está de forma muito significativa, em 45% dos municípios, mais diretamente associada ao Turismo. Em oposição as áreas ligadas ao edificado antigo, urbanismo e planeamento urbano

estão de forma residual atribuídas ao mesmo vereador(a) ou presidente que detém o pelouro da Cultura, estando as Obras particulares associada em apenas 5% dos casos. Este afastamento entre áreas que deviam estar interligadas exigem uma maior articulação entre os diferentes membros do Executivo, o que na prática se verifica difícil em face dos resultados. Esta situação pode justificar a atual falta de monitorização de perda de Património associada às intervenções de reabilitação. Por este motivo, é recomendável que se estabeleçam procedimentos de comunicação assídua, planeada e com objetivos a atingir entre os pelouros da Cultura, Património, Urbanismo e Planeamento Urbano, Obras Municipais e Públicas e Obras Particulares nos municípios. Recomenda-se ainda a integração de objetivos concretos nos instrumentos de gestão urbana, nomeadamente nos PDM e ARU e não apenas as generalidades patentes dos capítulos introdutórios. A articulação mais próxima entre a Cultura e as Obras e o Urbanismo permitiria uma inventariação do património edificado, o conhecimento do seu estado de conservação e gestão de riscos, bem como de medidas de prevenção para evitar a delapidação do Património não classificado. Para além disso, permitiria avaliar de forma adequada as decisões sobre demolições, valorizando o significado do património edificado em termos do seu contexto cultural, histórico e tecnológico em detrimento apenas de ponderações económicas e de estado de conservação, nem sempre atestado por técnicos qualificados para o efeito. As demolições coercivas impostas por municípios com base no estado de conservação dos edifícios deveriam igualmente ser equacionadas e serem desenvolvidas medidas de apoio, inclusivamente de aconselhamento técnico para apoiar a reabilitação ou reparação seletiva de edifícios degradados. O fornecimento de informação técnica sobre o património antigo corrente e os respetivos sistemas construtivos e materiais tradicionais deveria estar disponível nos websites dos municípios ou pelo menos ser acessível para os técnicos projetistas e empresas da construção e reabilitação que atuam nesse território.

O estudo verificou ainda de uma forma clara que existe um problema de género nos níveis de poder, sendo que apenas 9% dos municípios têm presidentes mulheres, sendo este facto revelador da deficitária representatividade das mulheres nos campos de decisão. Por último, abordou-se esta questão ao nível do pelouro da Cultura tendo-se verificado que as mulheres detêm o pelouro da Cultura em sensivelmente no mesmo número que os homens, embora no caso destes, o pelouro esteja atribuído ao presidente ou vice-presidente, enquanto nas mulheres a preponderância é para vereadores em 3º lugar na hierarquia, sendo que estas assumem concomitantemente mais vezes pelouros de cariz social.

Referências bibliográficas

- [1] RJUE, DL nº 555/99 de 16 de dezembro
- [2] CNU – Comissão Nacional da UNESCO, <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-guimaraes> (acedido em 22.05.2022)
- [3] Websites de todos os 308 municípios acedidos entre os dias 18 de abril e 14 de maio de 2022.